

O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS COMPONENTES CURRICULARES DA ÁREA DA GESTÃO EDUCACIONAL

Luziel Augusto da Silva

Universidade Federal da Paraíba (luziel.augusto@hotmail.com)

Resumo

O presente texto aborda a temática gestão educacional e a contribuição dos componentes desta área na formação do Pedagogo. Assim, este estudo tem por objetivo compreender a importância destes componentes curriculares para a formação do pedagogo, além, de analisar o PPC do Curso de Pedagogia da UFPB. Para obter os resultados, optamos pela pesquisa de cunho qualitativo, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental para compreender tais questões que permeiam o campo da gestão educacional. Dessa forma, trazemos contribuições de Libâneo (2015), Pimenta (2004), Prado (2012), além disso, foram feitas pesquisas nos documentos oficiais de educação, tais como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Pedagogia da UFPB. Esses autores e documentos possibilitaram a reflexão acerca da temática gestão educacional, contribuindo para o conhecimento da gestão escolar como ato de gerir e o estágio como campo de articulação da unidade teoria-prática.

Palavras-chave: Gestão Educacional; Curso de Pedagogia; Componentes Curriculares.

Introdução

A gestão educacional passou por várias modificações durante seu percurso histórico, entre elas, a mudança de nomenclatura e suas funções. A administração escolar era uma função dos chamados “especialistas da Educação”. Após, a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (DCN’s) por meio da Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, o termo administração foi extinto devido reduzir a atuação do Pedagogo á questões administrativas, assim, surge o termo gestão, mais abrangente, englobando as diversas atividades exercidas pelos pedagogos no âmbito da organização do trabalho escolar como: coordenação, administração, acompanhamento, orientação e supervisão do trabalho pedagógico. Em conformidade com o exposto, a expressão foi criada para se opor ao termo até então empregado para designar as funções do pedagogo no âmbito administrativo, ou seja, administração escolar.

O termo foi substituído com o intuito de aproximar o contexto educacional aos elementos conceituais e procedimentais contidos no processo de gestão escolar. Assim, com a mudança de nomenclatura, os currículos de pedagogia passam a ter componentes curriculares que aborda a temática, bem como, as práticas da gestão educacional. Desta forma, nosso estudo delimitou como objeto de pesquisa os componentes da área de Gestão educacional do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Pois o referido curso possui duas disciplinas voltadas para a discussão em Gestão Escolar/Educacional. Estes componentes foram incluídos

no currículo a partir da reformulação curricular em 2006 a luz das DCN's. O componente curricular Gestão Educacional ofertado no 4º período (diurno) e 5º período (noturno) e Estágio Supervisionado I – Gestão Educacional ofertado no 4º período (diurno) e 5º período (noturno) são disciplinas que compõe a parte de componentes complementares obrigatórios (CCO), porém, a disciplina de Estágio Supervisionado I compõe a parte dos componentes básicos obrigatórios do curso. Diante disso, levantamos alguns questionamentos: Por que estes componentes curriculares estão no 4º período (diurno) e 5º período (noturno)? Por que estes componentes curriculares estão nas disciplinas complementares? Qual a importância destes componentes para a formação do Pedagogo? Assim, este trabalho tem como objetivo compreender a importância destes componentes curriculares para a formação do pedagogo, além, de analisar o PPC do Curso de Pedagogia da UFPB. Para obter os resultados, optamos pela pesquisa de cunho qualitativo, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental para compreender tais questões que permeiam o campo da gestão educacional. Dessa forma, trazemos contribuições de Libâneo (2015), Pimenta (2004), Prado (2012), além disso, foram feitas pesquisas nos documentos oficiais de educação, tais como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Pedagogia da UFPB. Esses autores e documentos possibilitaram a reflexão acerca da temática gestão educacional, contribuindo para o conhecimento da gestão escolar como ato de gerir e o estágio como campo de articulação da unidade teoria-prática.

A Instituição escolar como campo da Gestão Educacional

“Se estamos convencidos de que a maneira de a escola contribuir para a transformação social é o alcance de seus fins especificamente educacionais, precisamos dotá-la de racionalidade interna necessária à efetivação desses fins” (VITOR PARO, 2003, p. 136 apud LIBÂNEO, 2015, p. 23).

As Instituições sociais hoje são espaços de diálogo e resistência, dentre estes espaços está à escola. Um lugar de aprendizado sistemático que possui objetivos que norteia todos os trabalhos educativos com a missão de fazer frente às demandas sociais, como afirma Libâneo (2015), os objetivos determinam o tipo de sujeito a ser educado, os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, os valores a serem formados, as práticas de organização da escola e perfil dos professores.

As escolas são organizações de trabalho e também de aprendizagem, dessa maneira, todas as pessoas que atuam na instituição escolar participam de tarefas educativas, embora não de forma igual (Libâneo, 2015, p. 32). Assim, a participação na organização e na gestão do trabalho pedagógico, torna-se um campo de aprendizagens múltiplas, entre elas, tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir as responsabilidades, desenvolver atitudes e habilidades e investir na sua qualificação profissional. Desta forma, a escola torna-se local de aprendizado da profissão, pois de acordo com Libâneo (2015) a escola como local de aprendizagem da profissão de professor significa entender que é na escola que o professor desenvolve os conhecimentos e as competências do ensinar, mediante um processo ao mesmo tempo individual e coletivo, além de internalizar saberes e competências significativas profissionais.

Diante das transformações do mundo globalizado as instituições escolares vêm sendo criticada e forçada a repensar seu papel social diante das exigências que caracterizam a sociedade contemporânea. As mudanças que ocorrem em escala mundial decorrem da conjugação de um conjunto de acontecimentos e processos que montam novas realidades sociais, políticas, econômicas, culturais e geográficas. Entre os aspectos mais relevantes do fenômeno da globalização destacam-se o avanço tecnológico e comunicacional, a despolarização da sociedade e a exclusão social. O modelo escolar necessário para os novos tempos é uma escola promotora de formação cultural e científica, que possibilite o contato dos alunos com sua cultura, a cultura do outro e a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética. Especialmente, como coloca Libâneo (2015) uma escola de qualidade social que incluam todos e lute contra a exclusão sócio-econômica, cultural, política e pedagógica.

Um ator-sujeito nesse espaço de aprendizado que é a escola, é o professor cuja principal atividade é o ensino. Esse profissional é um intelectual crítico, reflexivo e questionador e elaborador de conhecimentos, como participante qualificado na organização e gestão da escola, pois o professor prepara-se teoricamente nos assuntos pedagógicos e nos conteúdos para ser este profissional dos novos tempos. Assim sendo, o professor necessita de saberes e competências para participar da gestão e organização da escola conforme afirma Libâneo (2015).

Um professor competente, portanto, é aquele que desenvolve capacidade de mobilizar recursos cognitivos (conhecimentos aprofundados, operações mentais, capacidades relacionais, procedimentos, técnicas, atitudes) para enfrentar situações problemáticas, dilemas. [...] Um professor será mais

competente quanto mais souber imaginar, refletir, articular as condições que possibilitem aos alunos aprender melhor e de forma mais duradoura – a desenvolver suas estruturas cognitivas e seus recursos de pensar e agir – de modo a se constituírem como sujeitos pensantes e críticos, ou seja, competentes (p. 77).

Em acordo com essas considerações, ao planejar as atividades pedagógicas de formação inicial e continuada de professores, as competências devem ser trabalhadas de forma amplas e não reducionista, são requeridos conhecimentos, competências técnico-metodológicas (domínio do processo pedagógico) e competências subjetivas (relações humanas). Portanto, um professor competente vai atuar de forma competente no âmbito da sala de aula e da gestão pedagógica e educacional, dispondo de forma ordenada, articulando as partes de um todo, promovendo as condições necessárias para a realização das ações educativas, além de governar e por em prática as normas e funções do trabalho escolar.

Destarte, o professor também desenvolve atividades de administrar, gerir, organizar, dirigir, tomar decisões das unidades escolares. Para que as organizações funcionem e realizem um trabalho com qualidade e tendo em vista os seus objetivos, requer-se a tomada de decisões, direção e controle dessas decisões. Então, o professor na função de gestor da unidade social que é a escola deve prover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula e promover o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação e fazer o acompanhamento e a avaliação dessa participação, tendo como referência os objetivos de aprendizagem traçado pela escola, além de garantir a realização da aprendizagem de todos os alunos.

Diante de tudo que foi discutido anteriormente, segundo Libâneo (2015) “gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico administrativos” (p.88). Nesse sentido, gestão é ato de gerir, incentivar a participação, gerar autonomia. A vista disso, a organização e os processos de gestão incluem à função de direção e coordenação, que assumem diferentes significados de acordo com a concepção que se tenha dos objetivos da educação em relação à sociedade e a aprendizagem dos alunos. Dado isto, as concepções de gestão são classificadas em três, como: *técnica - científica*, a direção é centralizada na figura do diretor e as decisões são tomadas de forma verticalizada – de cima para baixo – assim, sem participação e autonomia da comunidade escolar; *autogestionária* baseia-se na responsabilidade coletiva, ausência de direção centralizada e acentuada a participação direta e por igual de todos os membros da instituição; e a concepção *democrático-participativa*, o

processo de tomada de decisões é feito coletivamente e com a participação de toda a comunidade escolar e local, assim a direção é descentralizada.

Um caminho principal para assegurar a gestão democrática é a participação que possibilita o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Assim, a participação proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas traçadas pela escola, conhecimento da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações humanas, culturais e sociais entre a escola e a comunidade e favorece uma aproximação entre professores, pais, alunos e funcionários. Concluindo, a tarefa básica da escola é ensinar, essa função social se traduz na atividade docente e a tarefa básica da gestão escolar é melhorar e assegurar as condições de realização do trabalho docente.

FORMAÇÃO DOCENTE: A construção da unidade teoria-prática na formação do Pedagogo

[...] o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta, sim, objeto da práxis (PIMENTA, 2004, pg.45).

Antes de discutir sobre o Estágio Supervisionado é necessário fazer uma reflexão acerca da formação docente. Há uma necessidade de pensar os fundamentos da formação de professores, pois esses estão agrupados em dois eixos: a formação pedagógica e a formação específica da área de conhecimento. Dessa maneira, formando os saberes professorais.

A pedagogia durante anos foi evoluindo historicamente através das contribuições de novas ideias filosóficas, sociológicas, antropológicas e psicológicas, assim, torna-se uma ciência. Mas por outro lado, surgiram novos problemas filosóficos a partir do embate entre empiristas e racionalistas. Esses fatos levaram os teóricos e educadores a refletir sobre a relação entre o sujeito e a sociedade, buscando definir um campo epistemológico para a Pedagogia. Assim, de acordo com Oliveira e Cunha (2006):

[...] da educação dependem não apenas a conservação, transmissão e adaptação/enriquecimento, leitura/interpretação dos bens culturais acumulados, mas também o caráter comunicacional socializador e público do fato educativo, levando à transmissão, é verdade, mas também à apropriação ativa e utilização dos saberes que circulam no espaço social, em prol da cidadania (p.4).

Em concordância, a educação é uma relação de diálogo articulador entre a teoria e prática, os saberes do fazer com os saberes do conhecer. Tudo isso tem forte impacto sobre o estágio supervisionado, local de ação/reflexão e de indagação constante sobre a sua relação com

a prática. Pois o estágio é onde o graduando/licenciando vai construir a práxis, articulando a teoria e a prática, ou seja, fazer-se no campo escolar. Afinal, o que é estágio? De acordo com dicionário, *é período de estudo prático exigido dos candidatos ao exercício de certas profissões liberais. [...] aprendizagem, experiência.* E de acordo com a Lei que define as Diretrizes e Bases da Educação no país (LDB N° 9394/96), refere-se ao estágio nos seus artigos 61 e 82 que trata dos profissionais de educação: Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

(...)

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

(...)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

(...)

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria (BRASIL, 2017).

Assim, podemos conceituar estágio supervisionado como qualquer atividade que propicie ao licenciando adquirir experiência profissional específica e que contribua, de forma eficaz, para sua construção de habilidades e competências para o mercado de trabalho.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais CNE: CP 1, Curso de Pedagogia tem como finalidade a formação profissional, social e cultural dos futuros docentes e gestores que, qualificados para o exercício de suas atividades pedagógicas, de docência, gestão, supervisão, acompanhamento e orientação educacional, nas quais tem por finalidade de desenvolverem a capacidade de reflexão, autonomia, cooperação e participação, além de interiorizarem valores, percepções de princípios, relações interpessoais e intrapessoais e habilidades múltiplas. Mas, como dar conta de tantos objetivos em pouco tempo de formação? O que devem privilegiar, as teorias ou as práticas?

Estes debates acerca dos saberes teóricos e dos saberes práticos mostram que ao longo dos anos foram discutidos no sentido da superação dessa dicotomia. A referida dicotomia também é colocada por Fazenda (1991 apud PRADO, 2012), ao destacar a importância dos estágios curriculares para a formação de professores, assim, os estagiários caracterizam e

problematizam a prática desenvolvida na escola, campo de observação e de coleta de dados para análise, os alunos enquanto estagiário acabam percebendo a teoria esvaziada da realidade e das práticas cotidianas da escola. O que ocorre muitas vezes é ausência de fundamentação teórica justificando aquela prática, da mesma forma que uma postura crítica sobre as práticas só pode existir em uma relação dialógica entre a teoria e a prática.

Desta forma, os estágios supervisionados pautam nos pressupostos que o futuro pedagogo tenha o domínio sólido do conhecimento, domínio prático-conceitual e teórico-científico. Assim sendo, os conhecimentos prático-conceituais indispensáveis ao graduando, suas atividades de estágios devem ser ressignificadas, isto porque o estágio passa a ser entendido como instrumento da práxis docente e gestora. Bem como coloca Pimenta (2004 apud PRADO, 2012) [...] o estágio, ao contrário do que se propugnava, não é atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como atividade de transformação da realidade (p.45). Nesse sentido, o estágio supervisionado em gestão educacional é mais do que uma exigência institucional garantida na força da lei de Diretrizes e Bases da Educação e nos textos eminentemente teóricos, portanto, eles colocam o graduando em contato direto com seu futuro campo profissional, proporcionando ao licenciando/ estagiário a assumir o papel de mediador entre o conhecimento sistematizado da área e o contexto real das instituições de ensino.

Componentes Curriculares da área da Gestão Educacional do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba

Na Universidade Federal da Paraíba o curso de Pedagogia conta com duas disciplinas da área da gestão educacional, segundo o PPC do curso. A primeira é a disciplina de Gestão Educacional que é ofertada no 4º período do diurno e 5º período do noturno, a segunda disciplina é Estágio Supervisionado I, que também é ofertado no 4º e 5º período, trazem discussões sobre as questões da Gestão escolar, tanto em plano teórico como plano prático.

As disciplinas acima apresentadas fazem parte do currículo do curso de Pedagogia, pertencente à área da Gestão Educacional. Estas disciplinas passaram por modificações ao longo da existência do curso, pois, na estrutura curricular anterior à 2006, essas disciplinas faziam parte de uma área de aprofundamento nomeada de Supervisão e Orientação Educacional. Com a mudança de paradigma no campo da educação e pela publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia que delimita a atuação dessa formação:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2018).

Assim, as diretrizes colocam que o Pedagogo deve atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas áreas de apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Entendemos que essas áreas, tanto de apoio e dos conhecimentos pedagógicos é onde cabe a gestão educacional, como traz nas diretrizes curriculares que a atividade docente vai além da função da docência, mas, também da gestão dos processos educacionais.

Parágrafo único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:

- I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino (BRASIL, 2018).

Em conformidade com a política pública de formação de professores, o curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba reformulou o seu currículo, e assim, cria as disciplinas da área da gestão educacional: Gestão Educacional e Estágio Supervisionado I. Destarte, a disciplina de gestão educacional tem por ementa a seguinte proposta:

Modelos organizacionais de escola e formas de gestão. Gestão educacional e desafios do cotidiano escolar. A gestão democrática da unidade escolar: o processo administrativo e sua dimensão político-pedagógico. Autonomia das escolas. Educação, gestão democrática e participação popular. Cidadania na escola. Organização e funcionamento dos conselhos (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA, 2018).

Diante do documento curricular do curso, podemos observar que na disciplina gestão educacional o aluno é levado a pensar os elementos que compõe a atividade de direção e coordenação da unidade escolar. Vale destacar, que essa disciplina é ofertada em conjunto com a de Estágio Supervisionado I que tem por ementa:

Estudo avaliativo sobre as práticas da Supervisão Escolar e da Orientação Educacional, objeto do próprio estágio, considerando as próprias implicações

teórico-metodológicas relacionadas às questões de observação e prática do estágio, enquanto situação de aprendizagem da sistematização da prática pedagógica, caracterização e avaliação da participação do estagiário enquanto sujeito da formação no processo de desenvolvimento do estágio (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2018).

Diante da ementa, percebemos que nesse componente de viés prático se articula com as teorias da gestão e organização da escola, pois, é nessa atividade denominada de estágio que o graduando vai perceber os processos de organização da unidade escolar. Por esse motivo, os componentes da área da gestão educacional estão dispostos no 4º e 5º período do curso de pedagogia, para o aluno antes de iniciar o contato com a sala de aula nos estágios II, III, IV e V, reflita sobre a unidade escolar, ou seja, conheça a organização da escola primeiro, para depois, conhecer os processos de organização da sala de aula. Então, percebemos pelas ementas dos componentes curriculares que as duas são complementares, a primeira estuda os fundamentos da gestão escolar e a segunda à prática dos processos pedagógicos e organizacionais da escola, além da reflexão destas práticas.

Outro ponto a observar no PPC do curso, é a natureza destes componentes, pois, os mesmos estão colocados como componentes curriculares obrigatórios complementares nesse documento. Para refletir um pouco sobre isso, é necessário voltar ao histórico tanto a formação do pedagogo como na do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba.

Durante muitos anos, o curso de pedagogia formava os bacharéis, que desenvolvia atividades técnicas na escola, como: supervisão, inspeção, orientação e administração. Após os anos 1980 houve uma ampla discussão sobre essa formação, assim, na orça da lei nº 9.394/96, a formação em Pedagogia era destinada à habilitar para a docência/Magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, deixando as atividades de coordenação, administração, supervisão e avaliação ser exercida por todos os licenciados, tanto em pedagogia como nas áreas específicas, porém, esses tinham que ter a formação em nível de pós-graduação lato sensu, ou seja, a especialização em gestão, supervisão e orientação escolar. No caso, do curso de Pedagogia da UFPB, após a lei o curso passa a ter as áreas de aprofundamento em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Supervisão e Orientação Educacional e Educação Rural. Estas áreas foram as antigas habilitações técnicas do currículo anterior, passando agora a ter nova nomenclatura no currículo de 1996. Na reformulação de 2006, as áreas de aprofundamento Educação Rural e Supervisão e Orientação Educacional são extinta, mas suas disciplinas passam a ser incorporadas no currículo como complementares e de caráter obrigatório. Dessa forma, estas disciplinas da área da gestão são ofertadas no 4º e 5º período,

pois são obrigatórias os graduandos em pedagogia cursarem. Em fase conclusiva, percebemos que o estudante com a Graduação em Pedagogia pela UFPB tem uma formação teórica e prática sólida que permite atuar com competência nos processos pedagógicos e administrativos do campo da educação.

Considerações finais

Consideramos que o estágio supervisionado em gestão escolar do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, proporciona ao discente a vivência de acompanhar os processos de gestão escolar em sua prática, juntamente com a equipe gestora, que contribui para que o discente possa saber reconhecer as dificuldades e problemas encontrados com a prática do gerir, possibilitando o refletir sobre o porquê, e os fatores que interfere nos processos de gestão, assim, buscando soluções e teorias para fundamentar as práticas.

Nesse pensamento, nota-se a importância da discussão sobre os instrumentos e os documentos que regem os processos de ensino-aprendizagem, como o Projeto Político Pedagógico, que apresenta a escola e expressa como a instituição norteia os seus princípios e valores teóricos, bem como, suas práticas do ensino. Logo, observa-se a contribuição destes componentes para o discente-estagiário. Pois possibilita ter o acesso a realidade a qual irá atuar, além de permitir a comparação dos textos sobre gestão com a prática institucional, relacionando assim a teoria e prática. Consideramos que os componentes da área de gestão educacional é um espaço de troca de experiência, diálogo, construção de saber, participação e desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão, que busca trazer a clareza de como é o funcionamento de uma instituição escolar no seu cotidiano. Além, de contribuir para a evolução teórica e prática destes espaços de aprendizagem, portanto, os componentes são importantes na formação do pedagogo para nós compreendermos como de fato acontece as práticas de organização do espaço escolar.

Referências bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP N°1. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.** Brasília – DF, 2006. Acessado em 2018.

BRASIL, **Lei de nº 9.394 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília – DF, Presidência da República, 1996. Acessado em 2018.

LIBÂNO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: MF Livros, 2015.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de, CUNHA, Vera Lucia. O estágio supervisionado na formação continuada docente a distância: desafios a vencer e construção de novas subjetividades. **Revista de Educación a Distancia.** (p. 1-18), 2006.

PIMENTA, S.G.; LIMA, M.S.L.. **Estágio e docência.** São Paulo, Cortez Editora, 2004.



PRADO, Edna. **Estágio na Licenciatura em Pedagogia: gestão educacional**. Alagoas, Vozes: São Paulo, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**, João Pessoa, 2006.